

ANO XVII N. 27 28/2/2019

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

[PORTARIA GP N. 70, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019](#)

Altera a Portaria GP n. 472, de 27 de novembro de 2018, que institui Grupo de Trabalho para gerenciar o processo de elaboração do Relatório de Gestão do exercício de 2018 do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, na forma de relato integrado, para cumprir a obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 27/2/2019, p. 5-6)

[PORTARIA GP N. 472, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2018 \(*\)](#)

Institui Grupo de Trabalho (GT) para gerenciar o processo de elaboração do Relatório de Gestão (RG) do exercício 2018 do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, na forma de relato integrado, com a finalidade de cumprir a obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas da União.

(DEJT/TRT3 Cad. Adm. 27/2/2019, p. 6-7) (*) Republicada em cumprimento ao art. 2º da Portaria GP n. 70, de 18 de fevereiro de 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

[ATO CONJUNTO N. 3, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019](#)

Estabelece procedimentos e prazos para solicitação e distribuição de recursos financeiros no âmbito da Justiça do Trabalho.

(DOU 28/2/2019, Seção 1, p.165-168)

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

[PORTARIA N. 38, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2019](#)

Designa membros para integrar o Comitê Nacional de Precatórios do Fórum Nacional de Precatórios – Fonaprec.

(DJe/CNJ 28/2/2019, p. 2)

[PORTARIA N. 40, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019](#)

Inclui incisos XVI e XVII ao art. 2º da Portaria nº 162, de 19 de dezembro de 2018, que institui Grupo de Trabalho para contribuir com modernização e efetividade da atuação do Poder Judiciário nos processos de recuperação judicial e de falência.

(DJe/CNJ 28/2/2019, p. 2-3)

[EDITAL N. 1/2019 – CONCURSO DE DESENVOLVIMENTO DE IDENTIDADE VISUAL DO SISTEMA PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJe](#)

Torna público que realizará o Concurso de Desenvolvimento de Identidade Visual do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, na forma do Regulamento a seguir, com as regras e condições para participação e premiação.

(DJe/CNJ 28/2/2019, p. 5-8)

[PORTARIA N. 41, DE 27 DE JANEIRO DE 2019](#)

Acrescenta o parágrafo único ao art. 5º da Portaria CNJ n. 310, de 14 de julho de 2008

(DJe/CNJ 28/2/2019, p. 8-9)

[RECOMENDAÇÃO N. 29, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 \(*\)](#)

Recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico e sem remuneração, em quaisquer órgãos ligados às federações, confederações ou outras entidades desportivas, inclusive a Conmebol, sob pena de violação dos deveres funcionais (CF/88, art. 95, parágrafo único, I; LOMAN, art. 26, II, “a”, e 36, II).

(DJe/CNJ 28/2/2019, p. 10) (*) Republicada sem alteração de texto por força da decisão proferida no Pedido de Providências n. 0000753-20.2019.2.00.0000, publicada no DJE de 15 de fevereiro de 2019.

[RECOMENDAÇÃO N. 34, de 27 DE FEVEREIRO DE 2018 \(*\)](#)

Recomenda a todos os membros dos Tribunais de Justiça dos Estados, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho do país, que tenham cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, cujo nome figure nas listas para a escolha de seus integrantes oriundos das vagas destinadas ao quinto constitucional da OAB e do Ministério Público, que se abstenham de participar da sessão e de votar

(DJe/CNJ 28/2/2019, p. 13-14) (*) Republicada com alteração de texto por força da decisão proferida no pedido de Providências n.º 0000754-05.2019.2.00.0000, publicada no DJE de 15 de fevereiro de 2019.

[RECOMENDAÇÃO N. 35, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019 \(*\)](#)

Recomenda a todos os magistrados brasileiros, exceto aos ministros do STF, que se abstenham de exercer funções, ainda que de caráter honorífico, consultivo e sem remuneração, em conselhos, comitês, comissões ou assemelhados, de natureza política

ou de gestão administrativa de serviços vinculados a Poder ou órgãos estranhos ao Poder Judiciário.

(DJe/CNJ 28/2/2019, p. 14-15) (*) Republicada com alteração de texto por força da decisão proferida no pedido de Providências n.º 0000757-57.2019.2.00.0000, publicada no DJE de 15 de fevereiro de 2019.